

O Massacre do Carandiru: entre apagamentos e exclusões, uma disputa pela memória¹

Bruno César Pereira, UNICENTRO²

Resumo

O presente artigo, trata-se de uma nota de pesquisa que propõe realizar um breve levantamento bibliográfico de produções acadêmicas que se debruçaram sobre um dos principais eventos traumáticos da história brasileira recente: o *Massacre do Carandiru*, ocorrido na capital paulista, São Paulo, no início da década de 1990. Ao longo deste texto, destacaremos que as produções que tratam sobre este marco da história penal brasileira têm evidenciado uma disputa pela sua memória. De um lado, encontramos narrativas que buscam esquecer, silenciar, justificar e até mesmo apagar este evento. Por outro lado, encontram-se narrativas que se constroem a partir das falas de ex-detentos e familiares das vítimas, bem como através de filmes, artigos, livros e outras produções, que buscam rememorar, relembrar e discutir este importante marco, para que tal acontecimento jamais volte a acontecer.

Palavras-chave: Carandiru; Revisão de Literatura; Memória, Disputas.

Abstract

This paper intends to conduct a brief bibliographical survey of academic productions that dealt with one of the main traumatic events in recent Brazilian history, the Carandiru Massacre, which took place in São Paulo, in the early 1990s. Throughout this text, we will highlight that the productions that deal with this milestone in Brazilian criminal history have evidenced a dispute for its memory. On the other hand, we find narratives that seek to forget, silence, justify and even erase this event. Contrarily, there are narratives that are built from the speeches of former detainees and relatives of the victims, as well as through films, papers, books and other productions, which seek to remember, elicit and discuss this important milestone, so that such an event never happens again.

Keywords: Carandiru; Literature review; Memory; Disputes.

Introdução

Rememorar o passado, selecionar dele o que deve ser lembrado, não é algo natural, mas um processo que envolve seleção. A história do massacre do Carandiru tornou-se uma questão pública, uma história movediça, em pleno desenrolar, escrita através de uma profusão de materiais que a divulgam para um público cada vez mais amplo, atendendo as demandas sociais que desejam discutir o ocorrido (BORGES, 2006, p. 06).

¹ O presente texto foi realizado a partir das reflexões e debates ocorridos na disciplina *Antropología de la memoria: Política y conocimiento en grupos subordinados y alterizados* ministrada pela Prof. Dra. Ana Margarita Ramos no departamento de *Investigación y Postgrado en Antropología Social* (Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais) da Universidade Nacional de Misiones (UNaM).

² Graduado em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), *Campus Irati*. Atualmente realiza Mestrando em História pela mesma instituição de ensino superior.

Já se passaram 29 anos desde a desastrosa ação policial que resultou na morte de mais de 100 detentos no Complexo Penitenciário Flaminio Fávero (Carandiru), localizado na capital paulista, São Paulo. Mesmo após três décadas deste “evento crítico”³, as narrativas sobre o que aconteceu naquele fatídico dia ainda ecoam, através de livros, artigos, filmes, notícias de jornais e depoimentos de ex-detentos e familiares.

Destacamos que existe um considerável número de pesquisas que têm se dedicado a analisar as narrativas que constroem e reconstroem a memória do que foi o *Massacre do Carandiru*. Nestas últimas décadas, foram publicadas uma série de ensaios, artigos, livros, bem como foram realizadas diversas pesquisas de níveis de mestrado e doutorado que tiveram como objetivo central a temática do Massacre. Estes trabalhos se utilizam de diferentes tipos de fontes, sejam as entrevistas (com ex-detentos e familiares das vítimas), análise de periódicos (jornais que estiverem em circulação e publicaram infindas notícias sobre o massacre), laudos forenses e testemunhos dos réus (produzidos durante as investigações), assim como acervos presentes no Museu Penitenciário Paulista e no Espaço Carandiru.

O presente artigo, o qual consideramos enquanto um estudo exploratório, buscará realizar o “estado da arte” sobre as produções de pós-graduação que trataram sobre a temática do *Massacre do Carandiru*. Nota-se que compreendemos “estado da arte”, a partir da perspectiva de Norma S. de A. Ferreira (2002) e Sandro Gindri (2018), que propõem este tipo de estudo enquanto uma análise bibliográfica, que se objetiva em mapear e discutir as produções acadêmicas em diferentes campos do conhecimento.

Desta forma, para a realização deste “estado da arte”, teremos como ponto de partida as produções dos programas de pós graduação (níveis mestrado e doutorado) que se encontram disponíveis no Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em nosso estudo, concentraremos nossas análises sobre três áreas do conhecimento, sendo elas: História, Linguística e Sociologia, produzidas entre as datas limites de 1998 (a primeira produção) à 2019 (à última produzida).

Nosso objetivo central, ao realizarmos este estado da arte, será de identificar as disputas pela memória e os processos de apagamento e exclusão, temática que irá perpassar as produções

³ Por *evento crítico*, compreendemos as mudanças bruscas da vida cotidiana, mudanças estas que acarretam em toda uma desorganização social e causam grande impacto. O *Massacre do Carandiru* pode ser compreendido enquanto um destes eventos, ao ocorrer tal acontecimento, que gerou grande impacto e comoção a nível nacional e internacional e fez com que o país passasse a repensar seu sistema penal. Todavia, este “repensar” ficou apenas no papel, décadas se passaram e poucas mudanças ocorreram no sistema penal brasileiro, de um modo geral ele ainda permanece excludente e racista. A noção de “evento crítico” utilizada aqui segue a proposta da pesquisadora Janet Arsten. Ver: ARSTEN, 2007.

as quais analisaremos. Outrossim, buscaremos compreender a memória do Massacre para além de uma fonte histórica, ou seja, compreenderemos tal memória como uma construção que envolve diferentes atores sociais e se encontra entrelaçada entre o passado e o presente, bem como se encontra atrelada a conflitos, interesses, relações de poder, apagamentos e exclusões (RAMOS, 2011)

Assim, compreenderemos a “memória do Massacre” como um processo que se encontra em “permanente construção e reconstrução”. Neste sentido, esta “memória” será compreendida enquanto algo “fluido e mutável” (MENESES, 1992, p. 10), em que a construção da memória do Massacre, desde o seu ocorrido, perpassa narrativas que a configuram como: uma “rebelião”, “chacina”, “massacre”, culpabiliza os detentos, e também destacam a violência policial e do Estado. Será esta memória, que oscilou e se reestruturou ao longo destas últimas décadas, que buscaremos identificar ao longo das análises das produções acadêmicas.

Por fim, para além das análises das produções de nível de pós-graduação, também nos utilizaremos de outras produções, como, por exemplo, artigos produzidos pela pesquisadora Viviane Trindade Borges, que, nos últimos anos, tem realizado importantes reflexões sobre o conceito de “memória” acerca da História Penitenciária Brasileira com ênfase nas propostas teórico-metodológicas da História do Tempo Presente e História Pública.⁴ Assim como, as reflexões de Maria Rita S. S. Palmeira, sobre a literatura carcerária, presentes em diversos textos de sua autoria. Esta última pesquisadora, mesmo não tratando especificamente sobre o *Massacre do Carandiru* ou do Carandiru, destaca importantes questões sobre as experiências de vítimas do Massacre, assim como trata sobre a sociabilidade, o cotidiano, os símbolos e signos no cárcere, as narrativas e a memória dos sobreviventes do Massacre, através da produção destes indivíduos (em especial sua produção literária).

Salientamos que este trabalho se trata de um estudo exploratório, desta forma, deve ser compreendido enquanto um ponto de partida, que busca investigar as disputas pela memória de um dos principais eventos trágicos da história do Brasil recente. Assim, ao longo deste texto buscaremos analisar apenas produções bibliográficas, deixando de lado uma análise de fontes

⁴ Para a realização deste estudo exploratório utilizaremos dois importantes trabalhos desta pesquisadora, ambos publicados na Revista *Tempo & Argumento*. O primeiro, publicado no ano de 2006, trata-se de uma reflexão sobre a construção de dois passados possíveis para o Massacre, um elaborado pelo Estado, e outro construído através “diferentes segmentos da sociedade civil organizada”. O segundo, publicado em 2018, trata-se de uma análise sobre os processos de “patrimonialização” ligados à memória pública e ao patrimônio prisional, neste artigo a pesquisadora dedica “refletir sobre a memória pública prisional, dialogando com questões ligadas ao estudo da história do tempo presente e da história pública”. Ver: BORGES, 2006 e 2018.

primárias e nos concentrando em analisar as temáticas abordadas por cada produção e suas propostas teóricas.

A escolha da realização deste estudo, se pauta, em síntese, pelo momento a qual a sociedade brasileira tem vivido. Em tempos onde o conhecimento das áreas das Humanas e das Sociais tem sido questionado, assim como questões históricas têm sido relativizadas/revistas – como por exemplo a Ditadura Militar, que tem sido proposta por um setor da sociedade civil enquanto Revolução e desta forma se revê toda a sua configuração, deixando de lado as atrocidades cometidas (NAPOLITANO, 2019) – se faz necessário reforçar as produções acadêmicas a qual observam o evento ocorrido no fatídico 02 de outubro de 1992, enquanto um Massacre, pois, para parte da população, o *Massacre do Carandiru* foi uma reação da Polícia Militar (PM) para acabar com uma rebelião, e está “história oficial” defendida pela PM e pelas autoridades governamentais paulistas, já foi contestada, seja pelas provas do processo aberto para investigar o ocorrido, seja pelo depoimento dos ex-detentos.

É necessário aqui, reforçar e se compreender o dia 02 de outubro de 1992, como um triste capítulo da história do Brasil, lembrado por memórias marginalizadas e escrito e analisado por pesquisadores das áreas das humanidades e sociais, que se utilizaram de uma grande variedade de teorias e metodologias, mas que de forma geral, respeitaram, acima de tudo, as questões éticas e procedimentos científicos de suas respectivas áreas de atuação.

Massacre do Carandiru: notas sobre um breve estado da arte

Ao realizarmos uma breve pesquisa no banco de dados do Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando como palavra-chave "Carandiru", nos deparamos com um total de 58 resultados, sendo 44 dissertações e 14 teses. Estas produções estão divididas em 7 grandes áreas do conhecimento, sendo elas: Linguística, Letras e Artes (24), Sociais Aplicadas (15), Humanas (13), Multidisciplinar (3), Saúde (1), Exatas e da Terra (1) e, por fim, Engenharias (1).

Este elevado número de produções se debruça sobre o fatídico dia 02 de outubro de 1992, data a qual ocorreu o *Massacre do Carandiru*, bem como realiza reflexões sobre o cotidiano, sociabilidade e violência, que antecedem o marco histórico do *Massacre* e estudos comparativos. Destacamos ainda que as produções, que abordam a temática do *Massacre*, debatem acerca de variadas questões, entre elas: o massacre em sua dimensão política, social e cultural, o pós-acontecimento (em especial os seus desdobramentos, como os julgamentos), a

formulação de propostas de políticas públicas (na busca por evitar novos acontecimentos como este), análises sobre as representações e memória do massacre (através de filmes, documentários e livros), entre outras questões.

Contudo, para a escrita deste estudo exploratório, optamos pela realização de um recorte, no qual analisaremos apenas dissertações produzidas pelas áreas da: História, Sociologia e Linguística. Este recorte se justifica porque estas três áreas do conhecimento abarcam questões que envolvem diretamente (e indiretamente), o objeto de estudo deste artigo, ou seja, as representações, narrativas e disputas pela memória do *Massacre do Carandiru*. Da mesma forma, a análise apenas de dissertações, corresponde a este objetivo, ou seja, encontramos, neste banco de dados, apenas dissertações que discutem sobre o objetivo central deste estudo.

Ao refinarmos nossa busca por pesquisas que tratem especificamente sobre o objetivo central deste estudo exploratório, a memória e suas disputas, encontramos no total, seis investigações de mestrado. De modo geral, podemos dividir estes estudos, em quatro pontos, sendo eles: as narrativas sobre o massacre, a violência (do estado e policial), a sua representação (através da mídia e de filmes) e pôr fim a (as) memória (as) sobre o Massacre. Mas, cabe ressaltar que estes quatro pontos encontram-se entrelaçados nestes seis estudos, variando apenas a ênfase dada em cada um deles.

Com relação ao primeiro ponto, “as narrativas sobre o massacre”, destacamos primeiramente a dissertação de Jean Wyllys de Matos Santos, intitulada *Relatos infames: Narrativas de presidiários e registros jornalísticos sobre a chacina do Carandiru*⁵ – Defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no ano de 2004 – sua investigação se concentrou em analisar os relatos das vítimas sobreviventes em contraponto às primeiras notícias publicadas pelo principal jornal em circulação na capital paulista, a Folha de S. Paulo.

Em sua investigação, Santos baseia-se em discussões conceituais de Michel Foucault, e a partir das noções deste teórico francês, o pesquisador busca realizar análises acerca das narrativas jornalísticas, das falas dos sobreviventes e dos familiares das vítimas, assim como, realiza uma detalhada investigação sobre os laudos necroscópicos do Massacre. Em suas discussões, o pesquisador identificou as primeiras impressões, apresentadas ao público, através

⁵ Destacamos outra produção de autoria do mesmo pesquisador, intitulado *Os corpos do delito e os delitos do corpo*, o pesquisador investiga relatos de detentos e ex-detentos, assim como notícias dos principais jornais (como por exemplo a Folha de S. Paulo), também analisa as relações entre os relatos e as notícias. Ver: SANTOS, 2015.

das reportagens de jornais locais. Identificamos, nestas reportagens, as primeiras narrativas sobre o Massacre, narrativas estas, que de maneira geral, seriam base para a criação da “memória oficial” do Massacre, ou melhor, da rebelião.

Mesmo não sendo o objetivo do pesquisador, nós identificamos que a partir das fontes discutidas pelo autor, se criou uma primeira narrativa oficial do que havia ocorrido no Pavilhão 9 (local onde ocorreria o massacre). Esta narrativa legitimava a violência usada pelas forças de repressão do Estado, colocando assim, as mortes, enquanto necessárias. Contudo, esta visão da mídia naquele período, bem como a própria narrativa construída pelo governo paulista, aos poucos passaria a mudar, em especial, a partir da publicação de alguns livros, bem como a ampliação do aparecimento de narrativas de ex-detentos que passaram pelas horas de horror no Pavilhão 9.

Sobre estes “aparecimentos de novas narrativas”, Maria Rita S. S. Palmeira (2006/2018), destaca que, a partir dos anos 2000, avolumou-se o número de narrativas, produzidas por detentos e ex-detentos que tratam das experiências, cotidiano e sociabilidade nos presídios. Em especial, as primeiras produções, “são na maior parte das vezes oriundos das prisões paulistas e têm como marco de fundação o Massacre do Carandiru, em 1992” (PALMEIRA, 2018, p. 59). Estas produções, ou melhor, narrativas, aos poucos seriam incorporadoras como fontes para as análises acerca do *Massacre do Carandiru*.

Estas novas narrativas, de modo geral, destoam da “narrativa oficial”, construída pelo Estado e pela mídia, sobretudo pelos jornais. Levando em consideração estas questões, destacamos a segunda pesquisa, que também se concentra as discussões do primeiro ponto. Esta segunda investigação, corresponde a dissertação de Carla Sena Leite, *Ecos do Carandiru: Estudo comparativo de quatro narrativas do massacre* – defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no ano de 2005 – sua pesquisa tem por objetivo “reviver as últimas horas que antecederam o Massacre na visão de quatro narrativas, construídas a partir do testemunho dos sobreviventes” (LEITE, 2005, p. 11).

As narrativas escolhidas pela autora foram: a visão da tragédia na perspectiva do médico Dráuzio Varella (2002) a partir de sua obra *Estação Carandiru*, a narrativa do também médico e presidiário Hosmany Ramos a partir de seu livro *Pavilhão 9: Paixão e Morte no Carandiru* (2002), a narrativa do rapper e ex-detento José André de Araújo (André du Rap) presente em sua obra *Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru)* (2002) e, por fim, a poesia do grupo de rap Racionais MC's (1998), a partir da música *Diário de um Detento*, realizada em parceria com o sobrevivente Jocenir.

As discussões realizadas por esta pesquisadora identificam que as narrativas analisadas “[...] cumprem papel sociológico ao desvendar o dia-a-dia de um ‘mundo paralelo’ e trazem à tona vivências de ‘personagens’ que são ‘invisíveis’, quase sempre à margem da vida das metrópoles no Brasil” (LEITE, 2005, p. 89). Da mesma forma, a autora identifica que estas narrativas contribuem para a construção de uma memória sobre o que foi o *Massacre do Carandiru* a partir da visão de novos sujeitos, sujeitos até então excluídos e silenciados. Segundo a pesquisadora “as narrativas do Massacre do Carandiru reúnem trajetórias de sujeitos, geralmente anônimos, que ganham visibilidade através dos seus riquíssimos relatos de vida”. Em seu estudo, uma das conclusões apresentadas pela pesquisadora foi, de que a “literatura possibilitou aos presos do Carandiru a inserção numa perspectiva histórica” (LEITE, 2005, p. 91), estas considerações também podem ser encontradas nas discussões de Palmeira (2006/2018).

As narrativas analisadas pela pesquisadora vão em oposição a “narrativa oficial” construída pelo Estado e divulgada pela imprensa. Como supracitado, a autora destacou em sua dissertação os homens ordinários, comuns, bem como observou, a partir de suas falas, o cotidiano no presídio e o Massacre. Diferente da pesquisa anterior, as fontes da autora são narrativas sobre o Massacre que se popularizaram, como os livros e, sobretudo, as músicas do grupo Racionais Mc’s (grupo de grande sucesso entre jovens no Brasil desde o final dos anos 1990).

As fontes utilizadas neste estudo, tiveram grande importância para evidenciar outras narrativas acerca do Massacre. Estas duas investigações, de Santos (2004) e Leite (2005), mesmo não possuindo o objetivo, de certo modo, evidenciam parte da complexa dimensão da construção da memória do Massacre, bem como destacam parte das disputas por esta memória.

Será nas demais produções, que encontraremos um maior destaque nas questões sobre a construção e disputas pela memória deste evento traumático. Em especial, poderemos observar algumas destas questões, presentes no segundo ponto, “a representação do Massacre”, a partir da dissertação de mestrado de Jairo Rodrigues, *Baseados em fatos reais: Estação Carandiru, de Dráuzio Varella e Carandiru, de Hector Babenco - do real ao ficcional, um percurso de simulação e mercado* – defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no ano de 2006.

Neste estudo, o pesquisador se propõe em realizar uma análise da representação do Massacre. Em um primeiro momento, investiga uma série de reportagens produzidas pela *Folha de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, *O Povo*, entre outros periódicos de grande circulação que

dedicaram inúmeras matérias sobre a “chacina”. Nas matérias destes jornais, o pesquisador identifica a construção de uma primeira representação do que foi o massacre, e também identifica que tal representação seria tomada como a “memória oficial” do que havia ocorrido

Em um segundo momento de sua pesquisa, o autor dedica-se em analisar outros tipos de representação do *Massacre do Carandiru*, para isso se utiliza das narrativas produzidas através da obra de Dráuzio Varella, *Estação Carandiru*, e sua adaptação cinematográfica, *Carandiru*, de Hector Babenco. Ao realizar estas duas análises, primeiro sobre os jornais, depois sobre o livro e o filme, Rodrigues (2003) possui como objetivo, debater sobre questões que envolvem a construção da memória do Massacre, evidenciando que está memória, foi, e é, marcada por lutas simbólicas. De um lado, a memória é construída através de uma narrativa produzida pela mídia, na qual culpabiliza os detentos e justifica o massacre. Já as outras narrativas (livro e filme) vão no caminho oposto, buscando dar voz aos detentos, mostrando “sua versão”, criando assim uma narrativa e consequentemente uma memória diferente. Neste processo, Rodrigues (2003) evidencia que a narrativa sobre o Massacre é construída através de diferentes “narradores”, que, segundo o pesquisador, são: os sobreviventes, os algozes, a mídia, o Estado e a justiça.

Na produção deste pesquisador, podemos ver, pela primeira vez, um debate claro sobre as disputas pela memória do Massacre. A partir da trajetória de sua dissertação, observamos a construção desta memória através das representações, primeiramente pela da mídia, na qual elabora as primeiras impressões sobre o ocorrido, e por fim, as representações a partir do livro e da produção cinematográfica, que passam a destacar uma narrativa que se opõe a narrativa construída pela mídia e apoderada pelo Estado.

Podemos compreender até aqui, partindo da dissertação de Santos (2004), que as primeiras narrativas produzidas após o evento (as matérias publicadas pelos jornais locais), seriam base para a formulação de uma memória sobre o ocorrido. Tal memória estaria pautada na “rebelião”, ou seja, tudo ocorreria por culpa dos detentos, que se rebelaram e atacaram as forças policiais. Esta narrativa seria levada a cabo pelos jornais, pelos policiais e pelo poder público, configurando-se, como uma “memória oficial” do ocorrido.

Contudo, a partir das dissertações de Rodrigues (2003) e Leite (2005), podemos identificar outras narrativas sobre o ocorrido, que partem da perspectiva das vítimas, dos detentos. Ambos os pesquisadores evidenciam outra visão sobre o evento, outras representações, que aos poucos vão contribuir para construir uma nova memória ao evento, que, vai na contramão da defendida pelo Estado, mídia e pela PM. Em especial, tais narrativas

evidenciam a violência policial e a busca pelo Estado em negar o ocorrido e não assumir a operação realizada no Pavilhão 09 como desastrosa.

Sobre “a violência policial e do Estado”, destacamos duas importantes investigações que, ao se objetivarem em analisar o tema da violência do Estado e da PM no *Massacre do Carandiru*, acabaram por evidenciar as contradições presentes na “memória oficial”. Primeiramente, destacamos a dissertação de Eduardo Fragoaz de Souza, *Aquiescência à violência policial: o caso do Massacre do Carandiru* – defendida no Programa de Pós Graduação em Sociologia, da Universidade de São Paulo (USP), no ano de 1998, 6 anos após o Massacre – em sua pesquisa Souza se propôs “entender as dificuldades do enraizamento da noção de direitos humanos no Brasil através da análise do posicionamento dos paulistanos diante do Massacre do Carandiru” (SOUZA, 1998, p. 15).

Em suas discussões, Souza, através da análise de “pesquisa de opinião e de cartas encaminhadas a jornais”, buscou: “[...] entender os motivos que à aquiescência à violência policial contra detentos, numa sociedade em processo de consolidação democrática” e análise dos “vínculos entre posicionamento político e oposição a direitos humanos de detentos” (SOUZA, 1998, p. 16).

Por ser a primeira investigação de nível de pós-graduação das áreas das Humanas e Sociais a discutir o Massacre, sua produção não possui um grande número de referências sobre o ocorrido, diferente das demais produções analisadas até aqui. Outrossim, sua dissertação deu grande destaque às fontes derivadas das matérias dos jornais que estiveram em circulação no período, o mesmo, de certa maneira pode ser observado na produção de Santos (2004). O uso exclusivo deste tipo de fonte se deu, pois, boa parte das fontes utilizadas pelas demais pesquisas, bem como os debates acadêmicos sobre o Massacre, ocorreram somente nos primeiros anos do século XXI (sobre as novas fontes, temos como exemplo: os livros, documentários, filmes, novas matérias de jornais os laudos forenses e o processo-crime).

O ponto o qual nos chama a atenção em sua pesquisa, a qual já foi relatado nas pesquisas anteriores, mas se faz necessário constatá-lo aqui novamente, trata-se sobre as primeiras impressões acerca do Massacre. Por tratar-se da primeira pesquisa da área das humanidades sobre o tema, e por utilizar-se somente de fontes jornalísticas nota-se que a visão que perdurou sobre o ocorrido foi de apoio a violência praticada por policiais. Sobre este ponto, uma das hipóteses, que reforçam este apoio, foi a de que a mídia naquele momento analisou o evento enquanto uma rebelião, culpando os seus desdobramentos, ou seja, o Massacre, como culpa das vítimas, dos detentos. É somente dias após o Massacre que novas narrativas começam a

aparecer, como por exemplo os testemunhos. Contudo na busca de esconder o erro, o Estado por muito tempo negou, e em certos pontos nega, a narrativa das vítimas.

Os debates acerca da violência realizadas por Sousa (1998), são ampliados a partir do segundo estudos sobre a temática da violência. Este estudo, é a dissertação de Iwi Mina Onodera, *Estado e violência: um estudo sobre o massacre do Carandiru* – defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no ano de 2007 –, sua proposta se concentrou em realizar uma ampla análise sobre o Massacre, seja os anos que antecedem, o seu contexto, bem como o pós acontecimento (julgamento e criação de políticas públicas).

A pesquisadora concentra suas discussões em investigações sobre o Complexo Penitenciário e seu funcionamento, bem como destaca quem eram os sujeitos que ali se encontravam (para além das vítimas), o contexto histórico a qual o país vivia, a história penal brasileira, e por fim, o Massacre e seus desdobramentos (as investigações, o julgamento, as situação das famílias das vítimas).

Onodera destaca que sua investigação teve por objetivo central, evidenciar que:

[...] não é possível culpar, em um episódio como este, somente o Governador e a Polícia Militar, o problema é muito maior quando demonstramos que existe toda uma estrutura criada e emaranhada que se não for estudada, discutida e principalmente denunciada, continuará eclodindo em episódios como este estudado (ONODERA, 2007, p. 120).

Sobre suas discussões, Onodera amplia os debates sobre o Massacre, seja para antes do evento, como para depois, com seus desdobramentos, seja através do processo criminal que levou os 74 policiais militares a serem condenados a mais de 600 anos de prisão (condenação revogada pelo Supremo Tribunal Justiça em 2018), assim como as novas legislações criadas pelo Estado brasileiro para evitar novos “Massacres”.

De modo geral, estes dois estudos, que tratam acerca da violência policial e do Estado, contribuem significativamente para compreendermos o processo de construção da “memória oficial” do Massacre, e as principais contradições e exclusões desta memória. Esta memória, construída através das matérias dos jornais, entrevistas com membros do poder público e das forças policia, ignorou e silenciou as vítimas, e, de modo geral, as culpabilizou pelo ocorrido.

Devemos destacar que nenhum dos pesquisadores até aqui teve por objetivo central, em suas pesquisas, identificar ou analisar as disputas, silenciamentos e exclusões da “memória do Massacre”. Mas, de modo geral, suas investigações contribuem significativamente, para

compreendermos a construção de narrativas, individuais e coletivas, que foram tomadas como memórias sobre o ocorrido.

Por fim, destacamos que entre as produções analisadas, existe uma que trata especificamente sobre “a memória do Massacre”. Esta corresponde a dissertação de Daniel Mariano, intitulada *A disper(segui)ção da memória em Carandiru* – defendido no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no ano de 2012 –, seu estudo se concentra em analisar as obras *Estação Carandiru* e *Carcereiros*, ambas de autoria de Dráuzio Varella. Em sua proposta, Mariano busca “[...] compreender a relação entre memória, apagamento e desmemória na produção de sentido que trata da história do Carandiru inscrita nessas obras [*Estação Carandiru* e *Carcereiros*] e sua proximidade com a implosão da Casa de Detenção de São Paulo” (MARIANO, 2012, p.10).

Sua pesquisa é de grande importância para este texto, pois indica questões sobre as disputas pela memória do *Massacre do Carandiru*. Mariano realiza uma bela análise que relaciona a busca de se apagar a memória do Massacre através da destruição do Complexo Penitenciário. Partindo das análises de Mariano, compreendemos que a destruição do Complexo Penitenciário do Carandiru encontra-se, para além de uma proposta de destruir um espaço físico, mas também de silenciá-lo, ou seja, esta destruição de um ambiente físico é mais um método utilizado pelo Estado na disputa pela memória oficial do evento. Esta prática de silenciamento compreende-se aqui enquanto uma, entre tantas, disputas nas quais as interpretações do mundo são negociadas.⁶

Ainda sobre este ponto, destacamos a importante discussão de Borges, em seu artigo *Memória pública e patrimônio prisional: questões do tempo presente*. A investigadora evidencia que a demolição, implosão, de uma maneira geral a destruição de espaços que possuam uma história trágica no contexto brasileiro é uma prática rotineira. Tal prática, segundo ela, possui uma dimensão simbólica que busca apagar a história do que ocorreu naquele espaço, sobre isto, a pesquisadora cita diversos exemplos no contexto das penitenciárias brasileiras, entre eles a implosão da Casa de Detenção do Carandiru.

Outro exemplo usado pela pesquisadora, foi a recente demolição da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Roraima, que após a rebelião em 2017, que deixou 37 mortos, parte da penitenciária foi demolida, primeiramente o local onde as mortes ocorreram. Um segundo exemplo recente, o qual a autora analisa, trata-se da Penitenciária Major César, no

⁶ Sobre as questões teóricas que discutem a temática do silenciamento, consultar: DWYER, 2009.

Piauí, após uma denúncia de que uma criança estava presa em um dos espaços do presídio, foi emitida a ordem de demolição do espaço (antiga Casa do Diretor). Segundo a pesquisadora “[...] a destruição física desses lugares procura conduzir o esquecimento de episódios sombrios e constituem técnicas de apagamento que, supostamente, livrariam o presente de seus fantasmas” (BORGES, 2018, p. 316).

Observamos até aqui, uma série de produções de nível de pós-graduação que se debruçaram e enfatizaram diferentes pontos sobre o *Massacre do Carandiru*. Todavia, mesmo que cada uma destas produções apresentadas tenha dado ênfase em um ponto específico, as temáticas apresentadas acima fazem parte de todos os trabalhos, ou seja, em todos os seis, a temática da memória é desenvolvida, assim como a da representação ou a violência, em todos os casos estas discussões encontram-se relacionadas, entrelaçadas.

Pudemos observar um ponto em comum a todas estas investigações: uma certa preocupação em evidenciar que a memória do *Massacre do Carandiru* encontra-se em constante disputa e construção, através de diferentes narrativas e agentes. De um lado busca-se criar uma memória, que aos poucos tomou forma e se consolidou através das materiais publicados por diferentes mídias sociais (jornais e revistas) de que nunca houve um Massacre, ou seja, a atuação policial naquele 02 de outubro de 1992 buscou pôr fim a uma rebelião e as mortes foram causadas após os detentos agrediram e resistiram à operação policial, neste sentido os policiais agiram, segundo esta narrativa “em legítima defesa” – mesmo que isto seja questionado ao longo de todo o processo, com todos os laudos forenses, bem como com os testemunhos dos sobreviventes que apontam para nenhuma resistência.

Este argumento, o da “legítima defesa”, utilizado desde a produção das primeiras notícias que estampavam as capas dos jornais da época, foi utilizada novamente pelo Desembargador Ivan Sartori ao votar favorável a absolvição dos 74 Policiais Militares acusados pelas mais de 100 mortes no caso do *Massacre do Carandiru*. Segundo o jornalista Bernardo Mello Franco, ao comentar sobre a fala do desembargador, propõe que tal declaração era “[...] espantosa porque as vítimas estavam desarmadas e todos os policiais saíram vivos. A perícia contou uma média de cinco tiros por corpo, muitos disparados pelas costas e na cabeça” (FRANCO, 2015, s/p)

Por outro lado, estas produções, ainda destacam uma memória “marginal” em relação a produzida pelo Estado, que compreendida enquanto a narrativa oficial do Massacre. Esta memória, segundo as pesquisas apresentadas aqui, foi construída através de depoimentos dos sobreviventes do Massacre, bem como através das produções de Dráuzio Varella em suas obras

Estação Carandiru e Carcereiros - escritos no início do século XXI, também destacamos as produções cinematográficas, como *Carandiru* de Hector Babenco.

Cabe ainda ressaltar a importância dos intelectuais (historiadores/as, linguistas, sociólogos/as, antropólogos/as) que através de suas produções acadêmicas, são importantes figuras dentro da consolidação da quebra da memória oficial produzida pelo Estado. Suas respectivas propostas, como as apresentadas ao longo deste texto, buscam pôr em evidência estas memórias marginais, além de darem voz a um grupo que esteve (e está?) às margens da sociedade brasileira.

Por fim, para evidenciarmos esta disputa entre memórias, de um lado uma oficial produzida pelo Estado, através de diferentes instâncias, e uma memória marginal, produzida por vítimas e intelectuais, destacamos as análises de Borges (2006), que ao longo de seu artigo *Carandiru: os usos da memória de um massacre* identifica um ótimo exemplo para observarmos estas disputas entre memórias nos espaços do: Museu Penitenciário e do Espaço Carandiru.

Estes locais, segundo a pesquisadora, identificam duas versões para o evento, de um lado a barbárie, a chacina e o massacre e de outro a legítima defesa. Estes espaços constroem uma memória “apaziguadora”, ou seja, a memória do Massacre, disseminada através destas duas instituições, busca dar voz tanto às vítimas quanto aos algozes. Ainda que, segundo a pesquisadora, a memória do Massacre seja controlada e construída pelo Estado, através destes espaços de memória, inúmeros indivíduos, em especial os sobreviventes e familiares das vítimas do massacre têm, aos poucos, ocupado estes espaços e, junto a alguns projetos, têm gravado vídeos com histórias sobre o cotidiano e sobre o Massacre, doando peças (utilizadas no cotidiano dos detentos). Desta forma, a autora identifica que a memória continua a ser construída e da mesma forma, essa tem sido utilizada também como forma de resistência e busca mudanças, renovações no sistema penal brasileiro, para que um evento como o *Massacre do Carandiru*, jamais volte a acontecer.

A memória do *Massacre do Carandiru*, como é proposto por uma importante plataforma *online* que traz uma série de fontes e reflexões sobre o Massacre, destaca que este foi, e é, o “passado-presente da violência estatal em intuições prisionais [brasileiras]”.⁷ Esta plataforma, nos serve como uma bela ferramenta para futuras pesquisas sobre a temática do Massacre, em

⁷ *Memória Massacre Carandiru* é uma plataforma *online* criada pelos Núcleo de Estudos sobre Crime e Pena da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP). Disponível para acesso em: <https://www.massacrecarandiru.org.br/sobre>.

especial do como as memórias, narrativas marginais sobre esta acontecimento têm aos poucos ganhando maior destaque e passam a construir, ou melhor reconstruir, o que foi, o que aconteceu, o dia a dia no Pavilhão, no Complexo Penitenciário em geral. Se faz necessário continuarmos relembando o que foi o *Massacre do Carandiru*, para que desta forma novas políticas públicas sejam criadas para que impossibilitem que este triste evento ocorra novamente.

Algumas Considerações

Ao intitularmos este último tópico de “algumas considerações” e não de “considerações finais”, como é rotineiro em trabalhos acadêmicos, se deu, porque esta pesquisa é apenas um breve mapeamento das discussões de nível de pós-graduação das áreas das Humanas e Sociais. Neste sentido existe uma gama de produções destas áreas (como ensaios e artigos) e de outras áreas que necessitam ser analisados e incluídos em um novo “estado da arte”.

Nossa proposta, através da análise das produções de níveis de mestrado e doutorado, buscou evidenciar as principais temáticas debatidas que envolveram um dos principais eventos traumáticos da história brasileira recente, o *Massacre do Carandiru*, ocorrido na capital paulista, São Paulo, em 02 de outubro de 1992. Ao todo destacamos 6 investigações, que se dividiram em quatro temáticas, sendo elas: as narrativas sobre o massacre, a violência (do estado e policial), a sua representação (através da mídia e de filmes) e pôr fim a (as) memória (as) sobre o Massacre.

Mesmo estas produções tendo ênfases em diferentes temáticas, ao longo deste texto, destacamos que as produções que tratam sobre este marco da história penal brasileira têm evidenciado um ponto central a “disputa por sua memória”. De um lado encontramos narrativas que buscam esquecer, silenciar, justificar e até mesmo apagar este evento, tais narrativas foram construídas pelo Estado brasileiro, seja através da utilização da mídia como também da própria justiça.

Por outro lado, encontram-se narrativas que se constroem a partir das falas de ex-detentos e familiares das vítimas, bem como através de filmes, artigos, livros e outras produções, que buscam rememorar, lembrar e discutir este importante marco. Estas últimas narrativas desde o início do século XXI, têm ganhado grande destaque, e aos poucos tem sido incorporada à memória oficial do *Massacre do Carandiru*.

Neste sentido, nossa proposta foi apresentar que a história do *Massacre do Carandiru*, ou melhor, sua memória, mesmo passado quase três décadas do ocorrido, é algo que ainda se

encontra em uma constante disputa entre o Estado e suas variadas instituições, bem como por parte de diferentes setores da sociedade civil.

Como foi apresentado na citação que abriu este texto

A história do massacre do Carandiru tornou-se uma questão pública, uma história movediça, em pleno desenrolar, escrita através de uma profusão de materiais que a divulgam para um público cada vez mais amplo atendendo as demandas sociais que desejam discutir o ocorrido [...] (BORGES, 2006, p. 06).

Cada vez mais novas fontes são incorporadas às discussões sobre o Massacre, as nomenclaturas mudaram (Revolta, Motim, Chacina, etc.), a partir das novas fontes e até mesmo das antigas, novos entendimentos são realizados e analisados. Mas, o mais importante, para nós, é a inclusão, ou melhor o uso das narrativas dos sobreviventes, ex-detentos, familiares das vítimas, para a construção da memória do *Massacre do Carandiru*. A inclusão destas pessoas, que correspondem a uma parcela da população que sempre viveu a margem da história, possibilita que estes sujeitos mostrem suas perspectivas. Dar voz a eles, é inseri-los na história.

Referências

ARAÚJO, José André de. **Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru)**. São Paulo: Labor Texto Editorial, 2002.

ARSTEN, Janet (Org.). **Ghosts of memory: essays on remembrance and relatedness**. Malden: Blackwell, 2007.

BORGES, Viviane Trindade. Carandiru: os usos da memória de um massacre. **Tempo & Argumento: Revista de História do Tempo Presente**. Florianópolis: v. 08, n. 19, p. 04-33, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180308192016004>. Acessado em 04/12/2019.

_____. Memória pública e patrimônio prisional: questões do tempo presente. **Tempo & Argumento: Revista de História do Tempo Presente**. Florianópolis: v. 10, n. 23, p.310-332, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180310232018310>. Acessado em 14/12/2019.

Carandiru: O Filme. Direção de Hector Babenco. São Paulo: Globo Filmes, 2003.

DWYER, Leslie. A Politics of Silences: Violence, Memory, and Treacherous Speech in Post-1965 Bali. In: O'NEIL, Alexandre; HINTON, Kevin. **Genocide, Truth, Memory, and Representation**. Durhan: University Press, 2009, p.113-146.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**. Campinas: v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acessado em: 13/12/2019.

FRANCO, Bernardo Mello. **A nova vergonha do Carandiru**. Folha de S. Paulo [online], 2015. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardomellofranco/2016/09/1817475-a-nova-vergonha-do-carandiru.shtml>. Acessado em: 14/12/2019.

LEITE, Carla Sena. **Ecos do Carandiru**: Estudo comparativo de quatro narrativas do massacre. Dissertação (Mestrado em Letras). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2005. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/leite-sena-ecos-carandiru.pdf>. Acessado em: 05/12/2019

MARIANO, Daniel. **A disper(segui)ção da memória em Carandiru**. Dissertação (Mestrado em Linguística). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br>. Acessado em 05/12/2019.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista IEB**. São Paulo: n. 34, p. 09-23, 1992. Disponível em: www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497. Acessado em: 25 de julho/2020.

MINUSSI, Sandro Gindri; MOURA, Augusto Albuquerque; JARDIM, Mateus L. Gomes; RAVASIO, M. Homrich. Considerações sobre Estado da Arte, Levantamento Bibliográfico e Pesquisa Bibliográfica: relações e limites. **Revista Gestão Universitária**. v. 09, 2018. Disponível em: http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos-cientificos?volume_id=17. Acessado em: 08/12/2019.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Estudos Avançados**. São Paulo: v. 33, n. 96, p. 397-420, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3396.0020>. Acessado em: 07/12/2019.

ONODERA, Iwi Mina. **Estado e violência**: um estudo sobre o massacre do Carandiru. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/13028/1/Iwi%20Mina%20Onodera.pdf>. Acessado em: 07/12/2019.

PALMEIRA, Maria Rita Sigaud Soares. Cada história, uma sentença: anotações sobre Sobrevivente André du Rap. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília: n. 27, p. 59-77, 2006. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9091>. Acessado em: 27 de junho/2020.

_____. Uma análise da escrita carcerária brasileira contemporânea. **Literatura e Autoritarismo**. Santa Maria: n. 31, p. 123-128, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/31961>. Acessado em 25 de julho/2020.

RACIONAIS MC'S. Diário de um Detento. In: **Álbum Sobrevivendo ao Inferno**, São Paulo: Cosa Nostra, 1998.

RAMOS, Ana. Perspectivas antropológicas sobre la memoria en contextos de diversidad/ desigualdad. **Alteridades**. Cidade do México: v. 21, n. 42, p. 131-148, 2011. Disponível em: <https://alteridades.izt.uam.mx/index.php/Alte/article/view/119>. Acessado em: 16/12/2019.

RAMOS, Ana; CRESPO, Carolina. “En busca de recuerdos ¿perdidos? Mapeando memorias, silencios y poder”. In: RAMOS, Ana; CRESPO, Carolina. (Org.). **Memorias en lucha: Recuerdos y silencios en contextos de subordinación y alteridade**. Viedma: Colección Aperturas, 2006, p.13-50. Disponível em: <https://books.openedition.org/eunrn/224#authors>. Acessado em: 07/12/2019.

RAMOS, Hosmany. **Pavilhão 9: Paixão e Morte no Carandiru**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

RODRIGUES, Jairo. **Baseados em fatos reais: Estação Carandiru**, de Dráuzio Varella e Carandiru, de Hector Babenco - do real ao ficcional, um percurso de simulação e mercado. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2006. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/atelaetexto/introdu%C3%A7%C3%A3o%20baseados%20em%20fatos%20reais-1.pdf>. Acessado em: 06/12/2019.

SANTOS, Jean Wyllys de Matos. **Relatos infames: Narrativas de presidiários e registros jornalísticos sobre a chacina do Carandiru**. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Salvador: Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2004. Disponível em: Acessado em: 07/12/2019.

_____. Os corpos do delito e o delito do corpo. In: MACHADO, Maria Rocha; MACHADO, Marta R. de Assis. **Carandiru não é coisa do passado**. São Paulo: Ed. Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13989>. Acessado em: 13/12/2019.

SOUZA, Eduardo Fragoaz de. **Aquiescência à violência policial: o caso do "Massacre do Carandiru"**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 1998. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000965702>. Acessado em: 05/12/2019.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.